

PARECER JURÍDICO Nº 036/2020

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2020.

01. A empresa SRT NASCIMENTO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. – EPP, apresentou Impugnação ao Edital de Licitação nº 002/2020, visando afastar “a reserva de participação somente de fabricantes e concessionárias”, excluindo a exigência contida no item 10.1 alínea “I” do Edital, em busca da ampla competitividade, permitindo empresas de revenda de veículos multimarcas a participar da licitação.

02. Preliminarmente, importa destacar que com o advento da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos da citada norma, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30.

03. Diante do comando normativo previsto no artigo 40 da Lei nº 13.303/16, a COCEL aprovou seu **Regulamento Interno de Licitações e Contratos** pelo Conselho de Administração, na data de 28 de junho de 2018 e publicado no Diário Oficial de Campo Largo, na data de 29 de junho de 2018.

04. Conforme restou definido pelo novo Regulamento Interno de Licitações e Contratos, considera-se como modalidade licitatória oficial desta concessionária a denominada “**LICITAÇÃO**”, conceituada no inciso XXXIII, do art. 13, responsável pela aquisição dos bens relacionados pela Divisão solicitante, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.



XXXIII – Licitação: procedimento administrativo pelo qual a COCEL, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessadas na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais vantajosa em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e constantes do edital;

05. No tocante ao questionado item 10.1 alínea “i” do Edital de Licitação nº 002/2020, vejamos:

10. DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE N.º 1)

10.1 O envelope “PROPOSTA DE PREÇO” deverá conter a proposta da proponente, a qual deverá ser apresentada conforme modelo de proposta (Anexo V), observando-se as seguintes disposições: (...)

i) Deverá ser apresentada junto com a proposta de preços declaração expedida pelo fabricante do veículo comprovando que a empresa é revenda autorizada e está apta a prestar serviços em garantia e manutenção preventiva e corretiva no veículo e equipamento ofertado.

06. Sustenta a impugnante que a SRT NASCIMENTO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. – EPP apresenta capacidade para atendimento do objeto, ou seja, fornecer veículo 0km, sem uso, com emplacamento possível para o município, sendo que a Deliberação nº 64 do COTRAN conceitua veículo novo para fins de emissão do CRLV, não tendo aplicação para fins de licitações públicas.

07. Diante da controvérsia lançada, vejamos de forma pormenorizada as regras contidas no presente edital.

4. DO OBJETO

4.1 Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para o fornecimento de **VEICULOS**, para a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL**, conforme indicado no Anexo I deste Edital.

(...)

10. DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE N.º 1)



10.1 O envelope “PROPOSTA DE PREÇO” deverá conter a proposta da proponente, a qual deverá ser apresentada conforme modelo de proposta (Anexo V), observando-se as seguintes disposições:

(...)

h) Se o fornecimento for feito direto da fabricante, deverá apresentar junto com a proposta declaração que a empresa tem concessionária autorizada em Curitiba – PR e Região Metropolitana.

i) Deverá ser apresentada junto com a proposta de preços declaração expedida pelo fabricante do veículo comprovando que a empresa é revenda autorizada e está apta a prestar serviços em garantia e manutenção preventiva e corretiva no veículo e equipamento ofertado.

(...)

11.1.2 Para comprovação da **qualificação técnica**:

I - Pelo menos um atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, explicitando o serviço prestado ou o fornecimento realizado, de acordo com o objeto da presente licitação, bem como o nome, endereço, telefone e fax do atestante, acompanhado da **Nota Fiscal ou Contrato**.

II - Declaração de que possui concessionária no Município de Curitiba, Campo Largo ou Região Metropolitana, considerando a garantia contratual e as necessárias revisões e demais atos, conforme Garantia.

08. Avaliando o Anexo I – Termo de Referência, identificamos a clara e precisa definição do objeto, tendo em vista a busca pelo fornecimento de VEÍCULOS NOVOS – 0 km - COM EMPLACAMENTO NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO – PR. Vejamos:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto do **Edital de Licitação n.º 002/2020**, o fornecimento dos veículos a seguir descritos, os quais deverão apresentar, obrigatoriamente, as seguintes quantidades e características mínimas:

ITEM 01 - 02 (DUAS) UNIDADES CAMINHONETE 4X4 CABINE SIMPLES – MOTOR DIESEL.



Veículo novo, 0 (zero) quilômetro, fabricação 2020, modelo 2020, correspondente à data da emissão da nota fiscal e da linha de produção comercial, **NO CHASSI**, com 02 portas laterais, pneu de estepe localizado fora do compartimento de cargas, em cor sólida e com características mínimas a seguir:

- Cor: Veículo pintado na cor **BRANCA** sólida, no padrão original de fábrica e de linha de produção.
- Motorização: Turbo/Diesel Cilindrada mínima de 2.000 cm³; Potência mínima 140 cv;
- Cilindros: 04 (quatro);
- Número de marchas: 06 (seis) marchas a frente e 01 (uma) a ré e Tração: 4X2, 4X4, e 4X4 reduzida;
- Segurança:
 - Air Bag Motorista e Passageiro e EBD, Bloqueio de Diferencial Traseiro e Controle eletrônico de Estabilidade;
 - Alarme para cintos do motorista e do passageiro dianteiros não afivelados;
 - Bloqueio Eletrônico do Diferencial e Controle Eletrônico de Estabilidade;
 - Limpador do parabrisa com temporizador variável;
 - Pneus de uso misto R16 ou R17;
 - Protetor de Carter;
 - Acessórios exigidos pelo CONTRAN.
- Sistema de freio: A disco nas rodas dianteiras e a disco ou tambor nas rodas traseiras, com ABS.
- Altura mínima do solo 200 mm (carregado);
- Direção: Hidráulica, Ar condicionado e Ar Quente;
- Tapetes de Borracha;
- Tomada de força 12 V;
- Garantia mínima de 1 ano com quilometragem ilimitada.
- Prazo de entrega até 90 dias

ITEM 02 - 01 (UMA) CAMINHONETE 4X4 CABINE SIMPLES – MOTOR DIESEL.

Veículo novo, 0 (zero) quilômetro, fabricação 2020, modelo 2020, correspondente à data da emissão da nota fiscal e da linha de produção comercial, **COM CAÇAMBA**, com 02



portas laterais, pneu de estepe localizado fora do compartimento de cargas, em cor sólida e com características a seguir:

- Cor: Veículo pintado na cor BRANCA sólida, no padrão original de fábrica e de linha de produção.
- Motorização: Turbo/Diesel Cilindrada mínima de 2.000 cm³; Potência mínima 140 cv;
- Cilindros: 04 (quatro);
- Número de marchas: 06 (seis) marchas a frente e 01 (uma) a ré;
- Tração: 4X2, 4X4, e 4X4 reduzida;
- Segurança:
 - Air Bag Motorista e Passageiro e EBD, Bloqueio de Diferencial Traseiro e Controle eletrônico de Estabilidade;
 - Alarme para cintos do motorista e do passageiro dianteiros não afivelados;
 - Bloqueio Eletrônico do Diferencial e Controle Eletrônico de Estabilidade;
 - Volante com ajuste de altura e profundidade;
 - Limpador do parabrisa com temporizador variável;
 - Pneus de uso misto R16 ou R17;
 - Protetor de Carter;
 - Acessórios exigidos pelo CONTRAN.
- Sistema de freio: A disco nas rodas dianteiras e a disco ou tambor nas rodas traseiras, com ABS;
- Altura mínima do solo 200 mm (carregado);
- Direção: Hidráulica, Ar condicionado e Ar Quente;
- Protetor de Caçamba e Santo Antonio;
- Tapetes de Borracha;
- Tomada de força 12 V;
- Garantia mínima de 1 ano com quilometragem ilimitada.
- Prazo de entrega até 90 dias.

(...)

DEMAIS OBRIGAÇÕES: Os veículos deverão ser entregues emplacados na cidade de Campo Largo – PR



GARANTIA: Contra qualquer defeito de fabricação dos veículos e acessórios em relação à especificação técnica do fabricante. Todos os defeitos ou falhas devem ser corrigidos imediatamente após a sua ocorrência ou constatação, sem qualquer ônus para a **COCEL**.

Deverá ser apresentada junto com a proposta de preços declaração expedida pelo fabricante do veículo comprovando que a empresa é revenda autorizada e está apta a prestar serviços em garantia e manutenção preventiva e corretiva no veículo e equipamento ofertado.

Deverá ser feita a entrega técnica com orientação de condução, operação e manutenção do veículo.

09. Considerando a argumentação técnica trazida pela impugnante, verificamos que diante da condição de revendedora de veículos, tendo em vista que não possui contrato de concessão comercial com fabricantes, adquire os referidos automóveis de produtores ou concessionárias e realiza o primeiro emplacamento (considerando veículo 0 KM), posteriormente transferindo a propriedade para o comprador (no caso concreto à Administração Pública).

10. Importa registrar que a Lei nº 6.729/79, dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

Art. 1º A distribuição de veículos automotores, de via terrestre, efetivar-se-á através de concessão comercial entre produtores e distribuidores disciplinada por esta Lei e, no que não a contrariem, pelas convenções nela previstas e disposições contratuais.

Art. 2º Consideram-se: (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

I - produtor, a empresa industrial que realiza a fabricação ou montagem de veículos automotores; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

II - distribuidor, a empresa comercial pertencente à respectiva categoria econômica, que realiza a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes novos, presta assistência técnica a esses produtos e exerce outras funções pertinentes à atividade; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

III - veículo automotor, de via terrestre, o automóvel, caminhão, ônibus, trator, motocicleta e similares; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

IV - implemento, a máquina ou petrecho que se acopla o veículo automotor, na interação de suas finalidades; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)



V - componente, a peça ou conjunto integrante do veículo automotor ou implemento de série; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

VI - máquina agrícola, a colheitadeira, a debulhadora, a trilhadeira e demais aparelhos similares destinados à agricultura, automotriz ou acionados por trator ou outra fonte externa; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

VII - implemento agrícola, o arado, a grade, a roçadeira e demais petrechos destinados à agricultura; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

VIII - serviço autorizado, a empresa comercial que presta serviços de assistência a proprietários de veículos automotores, assim como a empresa que comercializa peças e componentes. (Incluído pela Lei nº 8.132, de 1990)

§ 1º Para os fins desta lei: (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

a) intitula-se também o produtor de concedente e o distribuidor de concessionário; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

b) entende-se por trator aquele destinado a uso agrícola, capaz também de servir a outros fins, excluídos os tratores de esteira, as motoniveladoras e as máquinas rodoviárias para outras destinações; (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

c) caracterizar-se-ão as diversas classes de veículos automotores pelas categorias econômicas de produtores e distribuidores, e os produtos, diferenciados em cada marca, pelo produtor e sua rede de distribuição, em conjunto. (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

§ 2º Excetuam-se da presente lei os implementos e máquinas agrícolas caracterizados neste artigo, incisos VI e VII, que não sejam fabricados por produtor definido no inciso I. (Redação dada pela Lei nº 8.132, de 1990)

11. Avaliando o art. 3º da Lei nº 6.729/70, identifica-se que constitui objeto de concessão a comercialização de veículo automotor, bem como a prestação de assistência técnica a esses produtos.

Art. 3º Constitui objeto de concessão:

I - a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes fabricados ou fornecidos pelo produtor;

II - a prestação de assistência técnica a esses produtos, inclusive quanto ao seu atendimento ou revisão;

III - o uso gratuito de marca do concedente, como identificação.



12. No tocante a venda de veículos novos, a Lei nº 6.729/70 indica em seu artigo 12 que *“O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda.”*

13. Destaca-se ainda o comando da deliberação nº 64/2008 – CONTRAN, o qual em seu subitem 2.12 do Anexo define “veículo novo”:

2.12. VEÍCULO NOVO - veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semi-reboque, antes do seu registro e licenciamento.

14. Avaliando o Edital de Licitação nº 002/2020, identificamos que a Administração busca adquirir veículo novo, 0 KM e com emplacamento no Município de Campo Largo, na condição de consumidora final de produto novo, bem como a necessária garantia e manutenção preventiva e corretiva no veículo.

15. A Constituição Federal consagrou em diversos dispositivos a preocupação com a correta aplicação dos recursos públicos, indicando a obrigatoriedade da realização do processo de licitação pública, visando permitir a Administração Pública contratar com verdadeira isonomia e eficiência, sem prejudicar a natural competitividade do mercado, na busca pela melhor oferta.

16. Diante da interpretação, tradução e decodificação do campo de incidência da norma editalícia em debate, verifica-se do Edital de Licitação nº 002/2020, a suficiente e precisa definição do objeto licitado, constituindo regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes.

17. No mesmo sentido determinou o Superior Tribunal de Justiça (ROMS 10847/MA), que *“O edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. Ele é que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes, regulando todo o certame público.”*



18. Diante do exposto, da justificativa apresentada, motivação, pressupostos de fato e de direito, bem como considerando a necessidade empresarial, a ausência de qualquer prejuízo para o interesse público, conclui-se pela inexistência de irregularidade no Edital de Licitação nº 002/2020, tendo em vista que as exigências não são desarrazoadas ou excessivas.

Campo Largo, 12 de fevereiro de 2020.



Otavio Dias Pereira Junior

OAB/PR 28.139